



## **SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR**

Hospital São João Batista

C.G.C. 29.063.294/0001-82

Rua: Nossa Sr.<sup>a</sup> das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412

Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.

E-mail: sah@hsjb.org.br

www.hsjb.org.br

Volta Redonda, 30 de setembro de 2025.

### **MEMORANDO N.º 316/2025**

**De: Assessoria Jurídica**

**Para: Comissão Permanente de Licitação**

**Ref. PA n.º VR-02.051-00008042/2025**

Prezada Pregoeira, é cediço que a fase de habilitação em um processo licitatório visa verificar o conjunto de informações e documentos necessários para demonstrar a capacidade do licitante em executar o objeto da contratação. Conforme dispõe o Art. 62 da Lei n.º 14.133/2021, a habilitação compreende as seguintes categorias: jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira.

No tocante à regularidade fiscal, social e trabalhista, o Art. 68 da Nova Lei de Licitações exige, dentre outros requisitos, a comprovação da regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante. Trata-se, portanto, de uma condição legalmente imposta para que a empresa possa ser considerada habilitada e, conseqüentemente, apta a contratar com a Administração Pública.

É importante ressaltar que a Lei n.º 14.133/2021 inovava ao determinar, em seu Art. 63, inciso III, que os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. Essa regra visa a estimular a ampla concorrência e a buscar a proposta mais vantajosa, sem que empresas aptas sejam prematuramente excluídas por falhas formais.

### **DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), cujas disposições foram preservadas pela Lei n.º 14.133/2021 (Art. 4º), estabelece um tratamento diferenciado e favorecido para as MEs e EPPs em licitações públicas.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR**

Hospital São João Batista

C.G.C. 29.063.294/0001-82

Rua: Nossa Sr.ª das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412

Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.

E-mail: sah@hsjb.org.br

www.hsjb.org.br

Especificamente, quanto à regularidade fiscal, o Art. 43 da LC n.º 123/2006 prevê que, por ocasião da participação em certames licitatórios, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Nesses casos, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a legislação assegura o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento dos débitos e emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas. Esse prazo é concedido após a empresa ser declarada vencedora do certame e antes da assinatura do contrato.

Portanto, se a empresa ganhadora do processo licitatório municipal for uma Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a irregularidade fiscal perante a Fazenda Municipal não constitui, de imediato, motivo para sua inabilitação ou desclassificação, devendo ser-lhe concedido o prazo legal para regularização. A inobservância desse prazo, contudo, implicará sua inabilitação.

### **DO FORMALISMO MODERADO E DA SANEABILIDADE DOCUMENTAL**

Mesmo para empresas que não se enquadram como ME ou EPP, ou para situações que transcendem o benefício específico dessas, os princípios do formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa orientam a atuação da Administração Pública.

O Art. 64 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece que, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

- I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,**
- II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.**



## SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

C.G.C. 29.063.294/0001-82

Rua: Nossa Sr.<sup>a</sup> das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412

Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.

E-mail: sah@hsjb.org.br

www.hsjb.org.br

O TCU tem reiteradamente decidido que a vedação à inclusão de novo documento não alcança aquele destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência. Ou seja, a Administração deve oportunizar ao licitante o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, desde que a condição de regularidade já existisse no momento da apresentação da proposta. A recusa em sanear tais falhas poderia ferir os princípios da razoabilidade e da economicidade, prejudicando a seleção da proposta mais vantajosa. Contudo, é crucial diferenciar entre falhas sanáveis e irregularidades substantivas. Uma irregularidade fiscal que configure uma ausência completa ou uma condição de fato inexistente no momento da abertura do certame, e que não seja passível de regularização nos termos da LC n.º 123/2006 (para MPes), não pode ser sanada por mera diligência. A permissão para que uma empresa com irregularidade fiscal material e insanável seja classificada violaria os princípios da legalidade, moralidade e isonomia que regem as licitações públicas.

A exigência quanto à Certidão Negativa de débitos do IPTU no Instrumento Convocatório deste processo licitatório é cristalina. Senão Vejamos:

(...)

### **11. Habilitação Jurídica**

(...)

#### **11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

##### **11.2.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, deverão ser apresentados:**

(...)

##### **c.3. Fazenda Municipal: apresentação de Certidão Negativa de Débitos com relação ao IPTU;**

(...).

(Destques em face da importância)

Como se não bastasse, já consta dos autos parecer jurídico corroborando a decisão de desclassificação da primeira e segunda colocadas, ante a falta de documento essencial à habilitação no certame, qual seja a certidão negativa de débitos do IPTU.

A situação fica ainda mais crítica, quando se depara com o parecer técnico 136 (00973899), que após análise da planilha da terceira colocada, informa que a proposta atende à solicitação do SAHVR/HSJB.



## SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

C.G.C. 29.063.294/0001-82

Rua: Nossa Sr.<sup>a</sup> das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412

Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.

E-mail: sah@hsjb.org.br

www.hsjb.org.br

Em suma, depreende-se dos autos que fora analisada cuidadosamente a natureza da irregularidade fiscal e o enquadramento da empresa, com base nos princípios da legalidade, razoabilidade e buscando a proposta mais vantajosa, mas sem que fossem desvirtuadas as exigências legais que visam garantir a idoneidade e a capacidade do contratado, com risco à legitimidade da justa, decretando-se a inabilitação das duas primeiras empresas classificadas.

Neste passo, com todas as vênias possíveis e admitidas, manter a classificação da empresa REAL VR, nos moldes propalados, caracterizaria, salvo melhor juízo, violação aos princípios da legalidade, isonomia e da probidade administrativa, tornando nulo o ato de habilitação, com sérios riscos de sanções à Autoridade Máxima pelos órgãos de controle.

Por último, impende registrar, *ad argumentandum tantum*, que o fato de não sido apresentada contrarrazões ao recurso, e tudo o mais que consta dos autos, não elide a omissão quanto à exigência fiscal editalícia.

É o parecer!

Marco Aurélio Moreira Guimarães

Assessoria Jurídica SAHVR/HSJB

OAB/RJ-046.869

Mat. n.º 21.963